

Percepções sociais sobre a corrupção política no Brasil: práticas corruptas versus atuação dos órgãos de controle

Antonio Barros Teixeira,
*Programa Mestrado em Ciência Política do Centro
de Formação da Câmara dos Deputado (Brasil)*

André Guimarães Rehbein-Satlher
*Programa Mestrado em Ciência Política do Centro
de Formação da Câmara dos Deputado (Brasil)*

Malena Rehbein Rodrigues
*Programa Mestrado em Ciência Política do Centro
de Formação da Câmara dos Deputado (Brasil)*

CÓMO CITAR:

Barros Teixeira, Antonio, André Guimarães Rehbein-Satlher y Malena Rehbein Rodrigues. 2021. "Percepções sociais sobre a corrupção política no Brasil: práticas corruptas versus atuação dos órgãos de controle". *Colombia Internacional* 105 57-88. <https://doi.org/10.7440/colombiainto5.2021.03>

RECIBIDO: 6 de febrero de 2019

ACEPTADO: 10 de julio de 2019

REVISADO: 31 de octubre de 2019

<https://doi.org/10.7440/colombiainto5.2021.03>

RESUMO. Objetivo/contexto: a corrupção política é um dos principais desafios para a qualidade e a consolidação da democracia no Brasil, diagnóstico reiterado de forma recorrente com a sequência de escândalos políticos. Com base nesse contexto, o artigo tem como objetivo analisar as percepções sociais sobre a corrupção política no contexto brasileiro recente, a partir de um *websurvey* aplicado em 2017. **Metodologia:** o estudo está ancorado em dois focos analíticos complementares. O primeiro está no exame de como os respondentes avaliam as práticas de corrupção política no Brasil, na tentativa de buscar similaridades e/ou convergências entre as esferas municipal, estadual e federal, e entre os diferentes poderes. O segundo tenta captar como os cidadãos percebem a atuação dos órgãos de controle, no que se refere ao empenho no combate à corrupção política. **Conclusões:** os resultados mostram que a quase totalidade dos respondentes (95,67%) percebe a corrupção como prática comum no Brasil. Fatores como renda e escolaridade interferem diretamente na percepção das práticas corruptas, ou seja, quanto maior a renda e a escolaridade, maior a opinião de que a corrupção política é elevada. A Polícia Federal e o Ministério Público são vistos como os órgãos mais eficientes no controle e combate à corrupção. **Originalidade:** o estudo destaca-se pelo paralelo realizado entre os dois focos analíticos acima destacados, contribuindo para a compreensão não apenas das percepções sociais sobre a corrupção política, mas também sobre a atuação dos órgãos de controle.

PALAVRAS-CHAVE: corrupção política; corrupção e democracia; percepção social da corrupção; Brasil.

Percepciones sociales sobre la corrupción política en Brasil: prácticas corruptas versus actuación de los organismos de control

RESUMEN. **Objetivo/contexto:** la corrupción política es uno de los principales desafíos para la calidad y la consolidación de la democracia en Brasil, un diagnóstico recurrente con la secuencia de escándalos políticos. A partir de lo anterior, el artículo tiene como propósito analizar las percepciones sociales sobre la corrupción política en el contexto brasileño reciente, con base en una encuesta web aplicada en 2017. **Metodología:** el estudio se basa en dos enfoques analíticos complementarios. El primero es el examen de cómo los encuestados evalúan las prácticas de corrupción política en Brasil en un intento de buscar similitudes y/o convergencias entre las esferas municipales, estatales y federales, y entre diferentes poderes. El segundo es el intento de capturar cómo los ciudadanos perciben las acciones de los organismos de control, en términos de su compromiso con la lucha contra la corrupción política. **Conclusiones:** los resultados muestran que casi todos los encuestados (95,67%) perciben la corrupción como una práctica común en Brasil. Factores como el ingreso y la educación interfieren directamente con la percepción de prácticas corruptas, es decir, cuanto mayor sea el ingreso y la educación, mayor será la opinión de que la corrupción política es alta. La Policía Federal y el Ministerio Público son vistos como las agencias más eficientes para controlar y combatir la corrupción. **Originalidad:** el estudio destaca por el paralelismo entre los dos enfoques analíticos resaltados anteriormente, lo que contribuye a la comprensión no solo de las percepciones sociales sobre la corrupción política, sino también del desempeño de las agencias de control.

PALABRAS CLAVE: corrupción política; corrupción y democracia; percepción social de la corrupción; Brasil.

Social Perceptions about Political Corruption in Brazil: Corrupt Practices versus Oversighting Bodies

ABSTRACT. **Objective/context:** Political corruption is one of the main challenges for the quality and consolidation of democracy in Brazil, a recurring diagnosis after a sequence of political scandals. Based on this context, the article aims to study social perceptions about political corruption in the recent Brazilian context using the results of a web survey applied in 2017. **Methodology:** The study is anchored in two complementary analytical focuses. The first is the examination of how respondents evaluate political corruption practices in Brazil, in an attempt to seek similarities and/or convergences between the municipal, state and federal spheres and also between different powers. The second tries to capture how citizens perceive the actions by control bodies in terms of their commitment to fighting political corruption. **Conclusions:** The results show that almost all respondents (95.67%) perceive corruption as a common practice in Brazil. Factors such as income and education directly interfere with the perception of corrupt practices, i.e., the higher the income and education, the greater the opinion that political corruption is high.

The Federal Police and the Public Prosecution Service are seen as the most efficient agencies in controlling and fighting corruption. **Originality:** This research stands out for the parallel between the two analytical focuses highlighted above, thus contributing to the understanding not only of social perceptions about political corruption but also about the role of control bodies.

KEYWORDS: Political corruption; corruption and democracy; social perception of corruption; Brazil.

Introdução

A corrupção política é considerada uma das principais ameaças à democracia, com efeitos não só políticos, mas também sociais (Mires 2006; Rocha *et al.* 2019). O Brasil é apontado como um caso exemplar quando se trata da relação entre transações corruptas e sistema político representativo, diagnóstico que se comprova de forma recorrente com a sequência de escândalos políticos em todos os níveis federativos, formando uma rede de transações e práticas corruptas (Cunha e Araújo 2018). São escândalos causados geralmente por casos de desvios de recursos públicos, uso indevido da máquina administrativa, redes de clientelas, sistemas institucionalizados de propinas, entre outras formas de troca de favores e de favorecimento pessoal a partir do uso de cargos e posições no sistema político (Filgueiras 2009; Lopes Júnior 2018; Matos 2018; Nascimento 2018).

Justifica-se o presente trabalho em virtude da grande relevância que o tema ganhou nos últimos anos, particularmente em um contexto que combina a emergência de novas denúncias e os desdobramentos de outras em andamento, como a Operação Lava Jato. Além disso, o ano de 2016 foi intenso no debate público sobre como coibir e combater a corrupção política no Brasil.¹ Ao longo dos últimos anos, várias pesquisas de opinião foram realizadas sobre corrupção, o que indica a recorrência e a relevância do tema na agenda social brasileira. O mais produtivo nessas perspectivas são as séries comparativas, como no caso da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que, em 2016, publicou resultados de sondagem na qual compara os dados com anos anteriores. Enquanto em 2012 os três principais problemas citados pela população eram drogas (72%), violência (65%) e precárias condições de saúde (62%), em 2016 a corrupção assumiu o primeiro lugar do *ranking*, conforme 65% dos informantes (CNI 2016). Compreender o modo como os brasileiros

1 Exemplar desse contexto foi a iniciativa do Ministério Público Federal, com o apoio da sociedade civil, na formulação do projeto conhecido como as “Dez medidas de combate à corrupção”.

percebem o problema da corrupção na política é, portanto, uma contribuição relevante para a análise do tema no seu sentido mais amplo.

Por se tratar de algo difícil de ser mensurado por meio de indicadores objetivos, uma das possibilidades para o estudo das transações corruptas é a percepção por parte dos cidadãos (Abramo 2005; Fortini e Shermam 2018). A frequência dos escândalos produz um clima de opinião negativo e um cenário de mal-estar coletivo, pautado pela desconfiança e insatisfação com relação aos rumos da política no Brasil (Avritzer 2016; Gonçalves 2019). O presente estudo tem o objetivo de avaliar quais são as percepções atuais dos brasileiros sobre corrupção, seja com relação à existência dessa, seja com relação ao nível de compromisso das instituições existentes em combatê-la.

Trata-se de pesquisa quantitativa, com emprego de *survey*, aplicado pela internet, de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017, com 1.522 respostas, distribuídas pelas cinco regiões geográficas do Brasil. Os resultados foram tratados descritiva e inferencialmente. Escolheu-se o caminho do *survey* por ser técnica bastante utilizada em pesquisas semelhantes (World Values Survey, Latinobarômetro, Transparência Internacional etc.), o que possibilita análises comparadas, e por dialogar diretamente com os indivíduos, uma vez que o objetivo se relaciona a percepções subjetivas. O uso de *survey* próprio diferencia o presente estudo de outros que trabalham com dados indiretos, obtidos em levantamentos mais gerais (Power e González 2003; Melgar, Rossi e Smith 2010; Bohn 2012). Todavia, reconhecem-se as dificuldades usuais no uso dessa técnica, particularmente a impossibilidade de fazer perguntas mais diretas, possivelmente consideradas comprometedoras por parte do respondente, mesmo sob o anonimato, o que geraria falseamento de respostas (por exemplo, perguntar se o participante já presenciou uma situação de tráfico de influência, cuja resposta positiva poderia fazer do respondente um cúmplice, ainda que por omissão).

Considerando que o Estado brasileiro é constituído por uma estrutura de órgãos de controle da corrupção, o *survey* também tenta captar como os cidadãos percebem a atuação desses órgãos, no que se refere especificamente ao empenho no combate às práticas corruptas na política. Apesar do reconhecimento de que tais práticas no Brasil não se limitam ao setor público por uma questão de recorte analítico e para viabilizar a aplicação do questionário, optamos pelo enfoque específico no âmbito da política. Tal escolha se justifica também por ser o tipo de corrupção mais discutido atualmente no Brasil e o que adquiriu maior visibilidade social nos últimos anos. Além disso, no setor público, as práticas corruptas são apontadas de forma quase unânime na literatura como um dos principais desafios da consolidação democrática no Brasil (Araújo e Sanchez 2005; Avritzer e Filgueira 2011; Carrara e Fernandes 2018).

Antes da análise dos dados, o texto apresenta um breve panorama dos estudos mais relevantes que analisam a percepção social da corrupção política no Brasil. Nessa percepção, é importante a comparação com pesquisas realizadas em períodos anteriores, já que é um fenômeno dinâmico e volátil, sujeito às transformações em função do contexto e das alterações na própria conjuntura política, além do aumento ou da redução na divulgação de denúncias sobre escândalos políticos (Bonifácio e Paulino 2015).

Percepção social da corrupção política no Brasil

Boa parte das pesquisas realizadas a respeito do tema tem considerado como elemento primordial para sua compreensão a percepção que os brasileiros têm a respeito dela. O problema de abordar o assunto empiricamente “é o fato de não haver uma forma de medição direta desse fenômeno, o que pode significar o fato de ser possível que essas pesquisas apresentem vieses e controvérsias interpretativas” (Filgueiras 2009, 407). Os índices de percepção social da corrupção constituem, na realidade, “uma medida reputacional, não um indicador empírico de casos concretos de corrupção” (Power e Gonzalez 2003, 63).

Apesar de ser uma medida indireta, estudos sobre a percepção social podem revelar traços dos elementos culturais (Abramo 2005), além de permitir captar as avaliações subjetivas dos cidadãos que se posicionam como observadores das práticas corruptas e, portanto, atores cuja percepção é relevante para a compreensão desse fenômeno, em termos qualitativos (Speck 2012; Souza 2014). Melgar, Rossi e Smith (2010) afirmam que, ainda que se leve em conta que a percepção social difere do nível real de corrupção, os indicadores de percepção são bons indicadores desse nível, além de permitirem cruzamentos relevantes com dados macroeconômicos e sociodemográficos.

Entretanto, é cabível aqui a ressalva de que esse aspecto reputacional é inerente à política, à democracia e a outras expressões afins, como confiança política e opinião pública. Afinal, são categorias analíticas difíceis de serem tratadas exclusivamente do ponto de vista “objetivo” dos indicadores empiricamente orientados por percentuais obtidos por meios exclusivamente matemáticos. Todas elas passam pelos filtros da percepção social, com suas nuances hermenêuticas e variações interpretativas. Dessa forma, concordamos com a perspectiva analítica de que considerar as percepções sociais permitem avaliar como determinada sociedade, em um dado momento histórico, produz suas avaliações sobre os atos corruptos, seus agentes e a extensão das transações corruptas conforme a perspectiva dos variados grupos sociais (Marani, Brito, Souzal e Brito 2018).

Considerar as concepções sobre o tema “permite também inferir que os discursos sobre a corrupção não exprimem meras opiniões sobre o fenômeno, mas teorias práticas que contribuem para uma visão coerente do mundo social” (Poeschl e Ribeiro 2014, 427). Assim, o estudo das percepções sociais sobre o tema cumpre diversas funções, como justificar as relações entre os grupos e desvendar o quadro de referência no qual os discursos são produzidos, revelando o ponto de vista das pessoas sobre o tema. Tais estudos permitem ainda: (a) captar a informação que circula sobre o fenômeno e como ela é recebida e processada pelos cidadãos; (b) verificar a existência de diferenças nas representações da corrupção em função de variáveis sociais como sexo, idade, renda, instrução; (c) explorar a natureza das variações dessas representações (Poeschl e Ribeiro 2014; Marani *et al.* 2018)

Para Filgueiras (2009, 407), a percepção da corrupção pode ser útil para “revelar uma cultura política de fundo informada por perspectivas atitudinais delimitadas por variáveis abrangentes e indiretas”. O autor compreende percepção social como uma medida indireta, com base no modo como os indivíduos descrevem o fenômeno. O termo “percepção”, nesse sentido, tem dois elementos que precisam ser considerados. O primeiro abrange o elemento propriamente descritivo, ao qual o cidadão circunscreve sua avaliação, ou seja, o Estado, quando se trata da corrupção política. O segundo refere-se aos parâmetros utilizados para realizar a descrição. Afinal, perceber algo significa formular impressões a respeito do objeto com base em parâmetros preestabelecidos para a sua compreensão. Dessa forma, os estudos sobre percepção social acerca do assunto partem da premissa de que a percepção da corrupção por parte do cidadão comum significa sua capacidade de descrever e avaliar a corrupção com base em parâmetros morais definidos previamente. Isso porque a percepção expressa um juízo moral, em que o indivíduo avalia a ação praticada por um agente “com base em uma moralidade pressuposta, fundamentada em consensos a respeito de valores e normas que organizam concepções de bom governo” (Filgueiras 2009, 407).

Existem vários estudos que já avaliaram a percepção social brasileira sobre corrupção.² Não temos como propósito resenhar de forma exaustiva tais pesquisas, mas apenas situar algumas delas, a fim de oferecer um panorama sobre como o tema tem sido percebido pela opinião pública no período pós-redemocratização.

Um dos estudos referenciais no contexto recente sobre percepção social da corrupção é o *survey* “Os brasileiros e a corrupção”, realizado pelo Centro de

2 Para uma contextualização mais ampla sobre as pesquisas empíricas de avaliação da percepção social sobre corrupção, consultar Speck (2012). O autor sistematiza as quatro gerações de pesquisas internacionais sobre o tema e discute os limites e as possibilidades desse tipo de pesquisa.

Referência do Interesse Público da Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto *Vox Populli*, em 2008, analisado por Filgueira (2009). A principal conclusão mostra que a percepção do público é focada principalmente nas instâncias representativas, “em especial nas Câmaras de Vereadores, na Câmara dos Deputados, nas Prefeituras e no Senado Federal, e que tenham, de alguma forma, relação com o Estado” (Filgueira 2009, 412). Ao apontarem o principal foco de corrupção política no interior das estruturas do Estado, 46,9% dos informantes consideraram mais típicos entre as práticas corruptas os atos praticados pelos próprios servidores públicos, enquanto 29,1% consideraram qualquer ato praticado contra o Estado e 21,9% avaliaram que as duas alternativas são igualmente corruptas:

Cruzando as duas questões, obtém-se uma associação entre as duas variáveis, em que concepções de interesse público influenciam o modo como os brasileiros percebem situações de corrupção. Nesse caso, o modo como o brasileiro compreende a questão do interesse público, afirmando que ele é de responsabilidade do Estado, implica o fato de ele compreender a corrupção como praticada por funcionários públicos. Como o interesse público representa, na dimensão do imaginário coletivo brasileiro, uma ideia de interesse do Estado, é esperado que a corrupção seja compreendida na esfera estatal e não na dimensão da sociedade em seu conjunto. Nesse caso, a cultura política vincula, de alguma maneira, o tema da corrupção ao tema do Estado, sem perceber a corrupção que é praticada na dimensão da sociedade. (Filgueira 2009, 410)

Dados do Estudo Eleitoral Brasileiro, citados por Meneguello (2011), após o escândalo do mensalão, evidenciam que os brasileiros “percebem que o fenômeno da corrupção é nocivo ao funcionamento do sistema, fazem juízo sobre esse fenômeno, mas essa percepção tem limites de influência” (Meneguello 2011, 6). A maioria dos informantes percebe o aumento da corrupção no tempo, associando-a diretamente com o setor público. A maioria “considera a seriedade do fenômeno e manifesta um homogêneo juízo negativo sobre as formas da corrupção política associada à administração pública” (Meneguello 2011, 6). Segundo os dados da época, 59,4% avaliaram que o fenômeno havia aumentado muito, enquanto 20,8% responderam que havia aumentado pouco e 81,1% afirmaram que havia permanecido igual aos anos anteriores. Do total, 75,9% avaliaram a corrupção política como um problema muito sério, 18,2% como sério, somando 94,1%. Apenas 5,9% avaliaram como algo pouco sério.

A percepção sobre o tema deve ser tratada de forma situacional, uma vez que fatores de cultura política e capital social a influenciam diretamente,

conforme demonstrado por Power e González (2003). Níveis de confiança institucional e confiança interpessoal, por exemplo, são preditores significativos do nível de percepção de corrupção (Power e González 2003). Religiões também são apontadas como fatores que afetam significativamente (Power e González 2003; Melgar, Rossi e Smith 2010; Bohn 2012). Treisman (2000) aponta nível educacional e desenvolvimento econômico como reforçadores das possibilidades de reconhecimento da presença de corrupção política. Liberdade de imprensa e de associação possibilitam que jornalistas e grupos de interesse investiguem e exponham o comportamento corrupto (Power e González 2003). Essa dimensão foi também ampliada com a disseminação da internet e das redes sociais, bem como com os movimentos generalizados em favor de mais transparência governamental. O sistema político-eleitoral, ao definir as possibilidades e a intensidade da competição pelo poder, também é um fator relevante, uma vez que os concorrentes tendem a explorar escândalos de seus adversários em campanhas. Marani *et al.* (2018) apontam fatores culturais, relacionados às expectativas que a sociedade tem para com os agentes públicos. Enfim, como argumentam Melgar, Rossi e Smith (2010), algumas variáveis sociodemográficas são chave para a compreensão do fenômeno “nível percebido de corrupção”.

Estudar percepção da corrupção, embora seja, conforme argumentado, uma *proxy* útil aos estudos acerca do assunto, também é algo complexo. A técnica utilizada (*survey*) não permite tratar variações individuais no tocante ao que os indivíduos consideram ser atos corruptos, o que impactará diretamente as respostas individuais (Bohn 2012). No nível societal, fatores contextuais podem ampliar o fenômeno percebido, sem necessariamente implicar correspondência em corrupção efetivamente existente. Como, conforme já citado, a pesquisa foi realizada em um momento em que o tema estava efervescente, essa realidade pode ter impactado os resultados.

Os impactos contextuais, por sua vez, relacionam-se diretamente ao papel da mídia, sobretudo quando transformam episódios de desvios de conduta em escândalos nacionais (Bohn 2012; Garcilazo 2019; Gomes e Alencar 2019), como foi o caso do chamado “petrolão”.³ Convém ressaltar o papel central das mídias no contexto atual. Há uma vasta literatura sobre que se convencionou chamar de “mídiatização da política e da cultura”, entendendo a mídiatização como um processo social de referência que condiciona a produção de sentidos em praticamente todos os setores da vida social (Esser e Strömbäck 2014). Isso porque, segundo essa perspectiva, os meios de comunicação estão diretamente

3 “Petrolão” é o nome dado ao esquema de corrupção desbaratado em 2014, envolvendo a estatal brasileira de petróleo (Petrobras) e os principais partidos políticos. O esquema é investigado pela Polícia Federal por meio da chamada “Operação Lava Jato” e é considerado o maior da história do país.

envolvidos na produção de consensos e de valores que orientam a vida cotidiana dos cidadãos. Por tais razões, as mídias tornaram-se eficientes mecanismos de socialização, além de uma influente instância de poder simbólico (Barros 2015).

Com os jogos retóricos próprios do seu modo de narrar e perspectivar o mundo social, os meios de comunicação constroem e naturalizam formas hegemônicas de pensamento, aparentemente consensuais. Nesse sentido, as mídias tanto podem construir novas hegemonias quanto se alinhar a discursos hegemônicos de grupos de poder já existentes, sob o manto da suposta objetividade jornalística (Barros 2015). Esse poder das mídias se deve à sua capacidade de atuar como definidores primários das pautas políticas, econômicas e culturais. Os discursos hegemônicos construídos pelas mídias resultam da habilidade dos emissores de se apresentar como neutros, mesmo quando legitimam determinados projetos políticos. Uma estratégia usada para isso é, em tese, incorporar o interesse geral. Dessa forma, a hegemonia se concretiza com a adesão de uma coletividade, convertendo tal projeto em algo comum, aceito pela maioria sem questionamentos (Wolfsfeld, Yarchi e Samuel-Azran 2016).

Deve-se levar em consideração também que estudos similares demonstram que a percepção da corrupção alcança níveis mais elevados quando há insatisfação com o desempenho do chefe do Poder Executivo, ou seja, a percepção social é correlacionada com o sentimento de expectativas frustradas (Bohn 2012). Tal fato é relevante na situação brasileira, uma vez que a ex-presidente da República deixou o cargo com índices de aprovação inferiores a 10%, mesmo patamar alcançado pelo então presidente da República em 2018.

Resultados e discussão

Passando à análise dos dados, as tabelas 1 e 2 oferecem um perfil geral dos respondentes, a serem considerados nos testes estatísticos das questões colocadas adiante. De maneira geral, podemos dizer que o grupo é formado mais por homens (51,31%), entre 21 e 30 anos (29,30%), com renda familiar de 3 a 5 salários-mínimos (34,36%), com pós-graduação completa (26,22%), empregados (38,76%), do setor privado (41,46%), sem religião (32,39%), moradores de região metropolitana (39,09%), sem filiação partidária (94,42%). A distribuição por regiões segue proporcionalidade razoável em relação à população contada no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, com pequena margem de vantagem para o Centro-Oeste e desvantagem para o Sudeste, embora ainda detenha o maior número de respondentes.⁴

4 De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a população brasileira estava assim distribuída: Centro-Oeste (7,4%); Norte (8,3%); Sul (14,4%), Nordeste (27,8%) e Sudeste (42,1%).

Tabela 1. Perfil dos informantes

Sexo	N	%
Feminino	781	51,31
Masculino	720	47,31
Não informado	21	1,38
Subtotal	1.522	100
Faixa etária		
Até 20 anos	156	10,25
De 21 a 30 anos	446	29,30
De 31 a 40 anos	272	17,87
De 41 a 50 anos	194	12,75
De 51 a 60 anos	185	12,16
Acima de 60 anos	242	15,90
Não informado	27	1,77
Subtotal	1.522	100
Renda familiar		
Até 2 salários-mínimos	257	16,89
De 3 a 5 salários-mínimos	523	34,36
De 6 a 10 salários-mínimos	307	20,17
De 11 a 15 salários-mínimos	137	9,00
Acima de 15 salários-mínimos	225	14,78
Prefiro não declarar	49	3,22
Não informado	24	1,58
Subtotal	1.522	100
Escolaridade		
Fundamental	111	7,29
Médio incompleto	317	20,83
Médio completo	259	17,02
Superior incompleto	209	13,73
Superior completo	153	10,05
Pós-graduação incompleto	42	2,76
Pós-graduação completo	399	26,22
Não informado	32	2,10
Subtotal	1.522	100

Situação profissional		
Empregado	590	38,76
Desempregado	208	13,67
Empresário	95	6,24
Aposentado	216	14,19
Estudante	380	24,97
Não informado	33	2,17
Subtotal	1.522	100
Sector de atuação		
Público	445	29,24
Privado	631	41,46
ONGs	125	8,21
Outros	265	17,41
Não informado	56	3,68
Subtotal	1.522	100
Religião		
Católica apostólica romana	449	29,50
Evangélicas	192	12,61
Espírita	144	9,46
Umbanda e candomblé	62	4,07
Outras religiosidades	151	9,92
Sem religião	493	32,39
Não informado	31	2,04
Subtotal	1.522	100
Local de residência		
Capital	529	34,76
Interior	359	23,59
Região metropolitana (não capital)	595	39,09
Outros	6	0,39
Não informado	33	2,17
Subtotal	1.522	100

REGIÃO GEOGRÁFICA		
Norte	134	8,80
Nordeste	384	25,23
Centro-Oeste	263	17,28
Sudeste	475	31,21
Sul	225	14,78
Não informado	41	2,69
Subtotal	1.522	100
Filiação partidária		
Não filiado	1437	94,42
Filiado	58	3,81
Não informado	27	1,77
Subtotal	1.522	100

Fonte: elaboração própria.

Os partidos mais citados pelos respondentes foram, em ordem decrescente: PDT, PMDB, PV, PSOL, PT e PSDB⁵ (tabela 2). A influência da multiplicidade das variáveis de cada uma das categorias aqui resumidas será verificada durante a avaliação da relação entre elas no decorrer desta seção.

Tabela 2. Partidos citados

Partidos	N	%
PDT	8	13,79
PMDB	8	13,79
PV	7	12,07
PSOL	7	12,07
PT	6	10,34
PSDB	6	10,34

5 Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Verde (PV), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Partidos	N	%
PSB	5	8,62
PHS	4	6,90
Rede	2	3,45
PL	2	3,45
PP	2	3,45
Novo	1	1,72
Total	58	100

Fonte: elaboração própria.

A quase unanimidade dos respondentes concorda com a afirmação (95,67%), conforme apresentado pela tabela 3, o que corrobora a previsão de que fatores contextuais impactam fortemente a percepção sobre a corrupção política.

Tabela 3. A corrupção política é uma prática comum no Brasil?

Resposta	N	%
Concordo totalmente	1.304	85,68
Concordo parcialmente	152	9,99
Discordo parcialmente	21	1,38
Sou indiferente	12	0,79
Discordo totalmente	9	0,59
Sem resposta	24	1,58
Total	1.522	100

Fonte: elaboração própria.

A tabela 4 apresenta os resultados dos testes de qui-quadrado para as dimensões sociodemográficas dos respondentes em relação à questão 1, “A corrupção é uma prática comum no Brasil?”

Tabela 4. Teste qui-quadrado relativo à questão 1

Variável	χ^2	P	N
Sexo	(4) 2.4967	0,645	1.475
Idade	(52) 67.7544	0,070	1.471
Renda	(20) 25.1033	0,000	1.465

Variável	χ^2	P	N
Religião	(20) 25.1326	0,196	1.466
Escolaridade	(24) 63.2571	0,000	1.463
Profissão	(16) 38.2276	0,001	1.439
Setor	(12) 38.2274	0,000	1.461
Local	(12) 71.0121	0,000	1.455
Região	(16) 28.9635	0,024	1.468
Partido	(4) 3.6905	0,450	1.471

Fonte: elaboração própria.

Os resultados da tabela 4 indicam que, em um nível de significância de 5%, são preditores dos resultados de percepção geral quanto à presença da prática de corrupção no Brasil: a renda, a escolaridade, a situação profissional, o setor de trabalho, o local e a região. Em desacordo com outras pesquisas (Power e González 2003; Melgar, Rossi e Smith 2010; Bohn 2012), não foram significativos o sexo, a idade, a religião e a filiação partidária. Considera-se que, nesses casos, os fatores contextuais (elevada rejeição ao Poder Executivo; escândalos recentes e em andamento; tratamento do assunto pela mídia) foram preponderantes para resultar em uma resposta massiva quanto à percepção, o que tornou essa resposta indiferente a essas características específicas. Quanto aos fatores que foram significativos, os resultados apontam:

- ✧ relação direta entre renda e percepção da corrupção (até 2 salários-mínimos — 93,36% de respostas cujos informantes recebem entre 4 e 5 salários-mínimos ante 99,24% para renda entre 11 e 15 salários-mínimos e 98,14% para renda acima de 15 salários-mínimos);
- ✧ relação direta entre escolaridade muito baixa (apenas fundamental completo) e menor percepção de corrupção (94,64% de respostas entre 4 e 5, diante de respostas acima de 96% para todos os outros níveis de escolaridade, e acima de 98% para superior incompleto e superior completo);
- ✧ menor percepção por parte de aposentados (95,72% de respostas entre 4 e 5) e maior percepção entre empregados (98,44%);
- ✧ maior percepção por parte de trabalhadores de organizações sociais (OSCIPs, 99,19% de respostas entre 4 e 5);
- ✧ maior percepção por parte de residentes no interior (98,87% de respostas entre 4 e 5) em relação aos habitantes das capitais e das regiões metropolitanas;
- ✧ no tocante ao fator regional, menor percepção por parte da população do Nordeste (96,08% de respostas entre 4 e 5) e maior percepção por parte da população do Sudeste (97,86% de respostas entre 4 e 5).

Como a escolaridade é um fator interferente, nesse caso, é interessante ressaltar a diferença de escolaridade entre as duas regiões, segundo o censo do IBGE de 2010. Enquanto o Nordeste tem 59,1% de pessoas sem instrução, o Sudeste tem 44,8%; fundamental completo e médio incompleto somam 15,5% no Nordeste e 18,3% no Sudeste; médio completo e superior incompleto somam 20,5% no Nordeste e 26,2% no Sudeste; superior completo há apenas 4,7% no Nordeste e 10% no Sudeste.

Confrontando-se as respostas à questão 1 com as respostas às questões 2, 3 e 4⁶, verifica-se a existência de correlação, em um nível de significância de 5%, o que demonstra que a percepção geral sobre a existência do fenômeno em debate afeta a percepção sobre as consequências da corrupção, sobre a evolução desse fenômeno, principalmente no período de 2015 a 2018, e sobre o desejo dos políticos de combatê-lo.

Tabela 5. A corrupção política afeta a vida das pessoas no Brasil?

Respostas	N	%
Concordo totalmente	1.380	90,67
Concordo parcialmente	91	5,98
Discordo parcialmente	13	0,85
Sou indiferente	8	0,53
Discordo totalmente	2	0,13
Sem resposta	28	1,84
Total	1.522	100

Fonte: elaboração própria.

Novamente, segundo a tabela 5, a quase unanimidade dos respondentes concorda com a afirmação (96,65%). Um índice ainda superior ao dos que percebem que a corrupção existe, ou seja, para alguns dos respondentes, mesmo não concordando explicitamente com a prática comum da corrupção no Brasil, concordam com o fato de que as práticas corruptas afetam a vida das pessoas no país.

A tabela 6 apresenta os resultados dos testes de qui-quadrado para as dimensões sociodemográficas dos respondentes em relação à questão 2.

6 As questões mencionadas são as seguintes: 2) Quão seriamente você considera que a corrupção afeta as pessoas, em suas diferentes esferas de vida, no Brasil? () afeta muito () afeta pouco () sou indiferente () não afeta; 3) Na sua opinião, nos últimos três anos, o que aconteceu com o nível de corrupção no Brasil? () aumentou muito () aumentou pouco () ficou igual () diminuiu um pouco () diminuiu muito; 4) Com relação à afirmação a seguir, marque a opção que melhor expressa seu posicionamento: Os políticos brasileiros querem combater a corrupção () discordo totalmente () discordo parcialmente () sou indiferente () concordo parcialmente () concordo totalmente.

Tabela 6. Teste qui-quadrado relativo à questão 2

Variável	χ^2	P	N
Sexo	(4) 1,8975	0,755	1.471
Idade	(52) 47,9043	0,636	1.467
Renda	(20) 64,2753	0,000	1.467
Religião	(20) 28,6725	0,094	1.461
Escolaridade	(24) 46,6628	0,004	1.462
Profissão	(16) 39,9392	0,001	1.459
Setor	(12) 13,2937	0,348	1.435
Local	(12) 22,6247	0,031	1.458
Região	(16) 24,0972	0,087	1.450
Partido	(4) 5,4929	0,240	1.464

Fonte: elaboração própria.

Os resultados da tabela 6 indicam, portanto, que, em um nível de significância de 5%, são preditores dos resultados de percepção geral quanto às consequências da corrupção no Brasil: a renda, a escolaridade, a situação profissional e o local de moradia. Da mesma forma que na questão 1, contrariamente a pesquisas anteriores (Power e González 2003; Melgar, Rossi e Smith 2010; Bohn 2012), os testes não foram significativos com relação a sexo, idade, religião e filiação partidária. Também deixaram de ser preditores significativos o setor de trabalho e a região. Assume-se a mesma explicação que na questão 1: preponderância de fatores contextuais. Quanto aos fatores que foram significativos, os resultados apontam:

- ✧ de forma coerente em relação ao que se observou na questão 1, encontrou-se uma percepção menor quanto às consequências da corrupção na parcela de menor renda (93,75% de respostas 4 e 5 para rendas de até dois salários-mínimos; 99,53% de respostas 4 e 5 para rendas acima de 15 salários-mínimos);
- ✧ também de forma coerente em relação à questão 1, encontrou-se uma percepção menor na parcela de menor escolaridade (fundamental, 94,64% de respostas 4 e 5; pós-graduação incompleta, 100% de respostas 4 e 5);

- no que diz respeito à situação profissional, os aposentados permanecem sendo a categoria com menor percepção em relação às consequências da corrupção (96,65% de respostas 4 e 5), mas a categoria com maior percepção em relação às consequências foi a dos empresários (100% de respostas 4 e 5);
- a percepção das consequências desse fenômeno para as pessoas residentes no interior permanece superior à das pessoas residentes em capitais e regiões metropolitanas (99,72% de respostas 4 e 5 ante 99,41% e 96,79%, respectivamente).

Tabela 7. Na sua opinião, nos últimos três anos, o que aconteceu com o nível de corrupção política no Brasil?

Respostas	N	%
Aumentou muito	643	42,25
Ficou igual	482	31,67
Diminuiu pouco	170	11,17
Aumentou pouco	169	11,10
Diminuiu muito	31	2,04
Sem resposta	27	1,77
Total	1.522	100

Fonte: elaboração própria.

A tabela 7 aponta alto percentual de pessoas que acham que a corrupção aumentou muito (42,25%), seguida de respondentes que avaliam que ficou igual (31,67%). Somente 2,04% avaliam que diminuiu muito. A tabela 8 apresenta os resultados dos testes de qui-quadrado para as dimensões sociodemográficas dos respondentes em relação à questão 3.

Tabela 8. Aplicação do teste qui-quadrado para a questão 3

Variável	χ^2	P	N
Sexo	(4) 12,3303	0,015	1.473
Idade	(52) 133,8130	0,000	1.470
Renda	(20) 109,9081	0,000	1.469

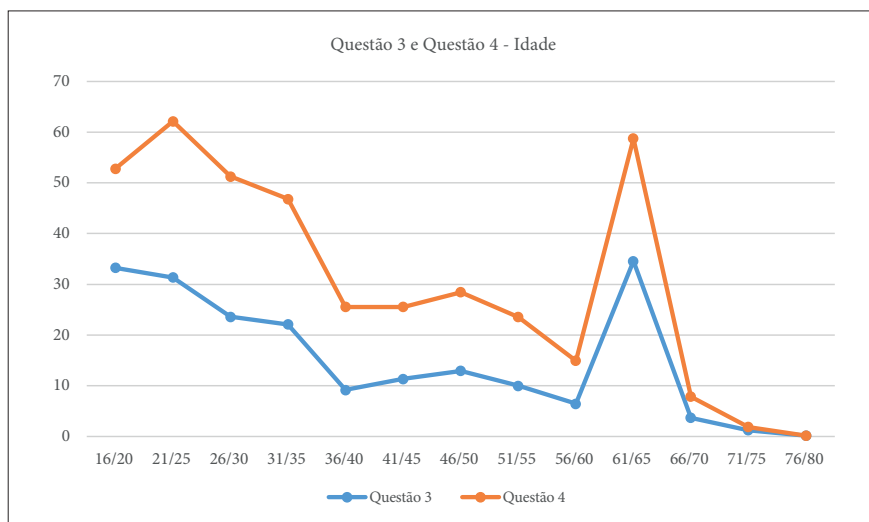
Variável	χ^2	P	N
Religião	(20) 130,1971	0,000	1.463
Escolaridade	(24) 243,8914	0,000	1.464
Profissão	(16) 81,8587	0,000	1.461
Setor	(12) 145,9278	0,000	1.437
Local	(12) 204,8755	0,000	1.460
Região	(16) 141,5290	0,000	1.454
Partido	(4) 24,3525	0,000	1.467

Fonte: elaboração própria.

Os resultados da tabela 8 indicam, diferentemente do que ocorreu em questões anteriores, que, em um nível de significância de 5%, todos os fatores sociodemográficos são preditores da percepção quanto à melhora ou à piora do controle da corrupção no país. Para cada fator específico, os resultados mostram alguns dados relevantes. Em primeiro lugar,

- as mulheres têm uma percepção mais acentuada com relação à piora da corrupção no país (58,44% de respostas 1 e 2, “aumentou muito” e “aumentou pouco” diante de 50,43% para os homens). Apesar de o gênero não ter sido significativo nas questões 1 e 2, pesquisas anteriores corroboram o fato de as mulheres serem mais perceptivas com relação à corrupção. Isso pode estar associado ao que Santos, Guevara e Amorim (2013), em seus estudos sobre gênero e corrupção, classificam como “moralidades diferentes” para homens e mulheres. A dos homens seria ligada aos direitos — e ao exercício do próprio direito — e a das mulheres, à responsabilidade — e à conexão com os outros bens como suas obrigações em relação a isso (incluindo aí a ideia de cuidar dos mais vulneráveis). Portanto, favorecendo uma percepção mais complexa desse fenômeno, conforme parece ser o caso na questão aqui apontada;
- conforme pode ser verificado no gráfico 1, a percepção em relação à piora da corrupção nos últimos três anos é maior entre a juventude (de 16 a 20 e de 21 a 25 anos de idade) e declinante ao longo do tempo, exceto por um pico na faixa etária de 61 a 65 anos, que pode ser devido a questões amostrais. O gráfico 1 também demonstra que a percepção quanto ao desejo dos políticos de combater a corrupção ficou sistematicamente abaixo da percepção quanto à piora, apesar de as curvas indicarem clara correlação entre as respostas.

Gráfico 1. Correlação entre faixa etária e as respostas 3 e 4



Fonte: elaboração própria.

- com relação à renda, percebe-se que, apesar de serem mais perceptivas quanto à corrupção e às suas consequências, as faixas de renda mais elevadas demonstram menor concordância com as afirmações de que a corrupção aumentou nos três últimos anos (35,61% de respostas 1 e 2 para pessoas com renda entre 11 e 15 salários-mínimos; 45,32% de respostas 1 e 2 para pessoas com renda acima de 15 salários-mínimos). A maior percepção de aumento da corrupção aconteceu na faixa de renda de 3 a 5 salários-mínimos (62,19% de respostas 1 e 2). Coincidentemente, essa é a faixa de renda que compõe justamente a chamada “classe C” que, com a crise, tem rebaixado seus componentes para as classes D e E, com rendimento mais baixo. Vale destacar que parte de D e E (3,3 milhões) já havia ascendido à classe C, entre 2002 e 2012, mas, entre 2015 e 2016, houve um aumento de 7,8 milhões de pessoas que teriam caído ou retornado para as classes D e E, segundo dados da Tendências Consultoria Integrada de 2016.⁷ Nesse caso, o sofrimento econômico mais pesado pode ter favorecido a percepção desse grupo;
- no aspecto religião, a maior percepção de aumento da corrupção foi encontrada entre os católicos (68,48% de respostas 1 e 2). Pode-se

7 O site da Tendências Consultoria Integrada não disponibiliza o estudo na íntegra, somente matéria de imprensa que veiculou os dados, em <http://www.tendencias.com.br/archives.cgi>.

explicar esse resultado por uma atuação incisiva da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil⁸ (CNBB) no discurso de denúncia e combate à corrupção. Em 2016, por exemplo, a CNBB criou, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), comitês para denúncia de caixa dois nas campanhas eleitorais. Nos últimos dez anos, pelo menos, a CNBB vem fazendo comunicados de repúdio à prática de corrupção, favorecendo a construção de um imaginário mais sensível à percepção dos mais variados tipos de desvio que configuram a prática corruptiva;

- ✧ com relação à escolaridade, há um efeito simétrico ao verificado com a categoria renda. Apesar de serem mais perceptivas com relação à existência da corrupção, as faixas de maior escolaridade apresentam uma percepção menor quanto ao aumento desse fenômeno nos últimos três anos (26,31% de respostas 1 e 2 para os que têm pós-graduação incompleta e 38,74% para os que têm pós-graduação completa). Já as faixas de menor escolaridade também apresentam simetria com o aspecto renda, revelando-se mais perceptivas quanto ao aumento da corrupção nos últimos três anos (o que pode estar relacionado ao fenômeno da classe C já colocado acima), apesar de terem baixa percepção da existência da corrupção (questão 1). Entre os que declaram ter o ensino fundamental, são 61,6% de respostas 1 e 2; entre os que declaram ter o ensino médio incompleto, 77,92% de respostas 1 e 2, o maior percentual;
- ✧ em termos de situação profissional, novamente, como na questão 2, os empresários aparecem como categoria com pior percepção em relação ao aumento da corrupção nos últimos três anos — 69,57% de respostas 1 e 2. Especula-se se esse resultado é devido à apatia política ou ao fato de os empresários já estarem anestesiados por já ter conhecimento da prática corrente;
- ✧ com relação ao setor de atuação, que aparece pela primeira vez como sendo um fator significativo, tem-se uma maior percepção de piora por parte de trabalhadores em organizações da sociedade civil — 70,97% de respostas 1 e 2. A ampla divulgação mediática das denúncias, não só pelos meios tradicionais, mas também pelas redes sociais, parece ter contribuído para configurar uma realidade mais complexa sobre corrupção no Brasil. O setor público destaca-se dos demais, com uma percepção muito baixa em relação à piora nos últimos três anos — 38,84%

8 Apesar de não ser a voz oficial da Igreja Católica, a CNBB tradicionalmente é assim vista pela sociedade.

de respostas 1 e 2, talvez por ser um setor que tenha se surpreendido pouco com a situação;

- quanto ao contraste entre residentes em capitais, regiões metropolitanas e interior, os habitantes das cidades do interior aparecem como mais perceptivos com relação à piora da corrupção nos últimos três anos — 67,33% de respostas 1 e 2. Curiosamente, de forma diferente das outras questões em que o local de residência apareceu como significativo, há uma diferença pronunciada entre habitantes de capitais e habitantes de regiões metropolitanas — 36,27% de respostas 1 e 2 para habitantes das capitais ante 63,68% para residentes no interior. A possível explicação pode ser também a maior veiculação de notícias, de forma mais capilarizada, atingindo e mobilizando áreas mais interioranas. Ou seja, a democratização da informação;
- curiosamente, apesar de ser a região com menor percepção com relação à existência da corrupção, o Nordeste é a região que apresenta maior percepção da piora desse fenômeno nos últimos três anos — 62,93% de respostas 1 e 2. Possivelmente também vinculado à maior veiculação de informações;
- no tocante à filiação partidária, verifica-se uma grande diferença de percepção de piora da corrupção nos últimos três anos entre filiados e não filiados. Entre os não filiados, prevalece a percepção de piora (55,60% de respostas 1 e 2), enquanto entre os filiados, a percepção de piora é de 29,09% (respostas 1 e 2), provavelmente por já estarem mais familiarizados com as práticas correntes, parte da cultura política brasileira.

Tabela 9. Os políticos brasileiros querem combater a corrupção política

Respostas	N	%
Discordo totalmente	874	57,42
Discordo parcialmente	342	22,47
Concordo parcialmente	163	10,71
Sou indiferente	56	3,68
Concordo totalmente	46	3,02
Sem resposta	41	2,69
Total	1.522	100

Fonte: elaboração própria.

Como mostra a tabela 9, a grande maioria dos respondentes (79,89%) discorda em algum grau de que os políticos brasileiros queiram combater a corrupção. Destes,

57,42% discordam totalmente. O alto percentual provavelmente reflete o imaginário político brasileiro extremamente negativo sobre o universo político. Usando as ideias de Castoriadis, Bittencourt (1986, 60) define imaginário como tudo aquilo que é inventado, toda a cultura, tudo o que presentifica o sentido. Aliás, a importância dos *media* atualmente está na capacidade de participar não só da construção da realidade, como já colocado anteriormente, mas também do imaginário social:

Pode-se afirmar que a construção (súgnica) da realidade, realizada pela comunicação mediática, é também necessariamente uma construção imaginária. Mas, se o imaginário da sociedade é mobilizado para a construção da realidade, esta, por sua vez, procede a uma reconstituição e até renovação dos estoques culturais e, conseqüentemente, ainda que em um prazo ainda mais largo, do próprio imaginário social. A realidade seria definida, então, com base no imaginário. As transformações ocorridas na contemporaneidade, em especial aquelas relativas à comunicação mediática e sua dimensão, perpassam de modo substantivo os procedimentos de formação social do imaginário na atualidade. (Rubim 1992, 21)

Como os meios de comunicação interferem no imaginário, a relação simbiótica com a política traz implicações na formação do imaginário político da sociedade, o que inclui a percepção da corrupção.

A tabela 10 apresenta os resultados dos testes de qui-quadrado para as dimensões sociodemográficas dos respondentes em relação à questão 4.

Tabela 10. Teste qui-quadrado sobre a questão 4

Variável	χ^2	P	N
Sexo	(4) 9,6294	0,047	1.459
Idade	(52) 150,6084	0,000	1.453
Renda	(20) 128,6666	0,000	1.456
Religião	(20) 56,5567	0,000	1.450
Escolaridade	(24) 271,8337	0,000	1.452
Profissão	(16) 65,0108	0,000	1.448
Setor	(12) 153,3938	0,000	1.424
Local	(12) 243,5109	0,000	1.446
Região	(16) 163,3504	0,000	1.437
Partido	(4) 24,8532	0,000	1.452

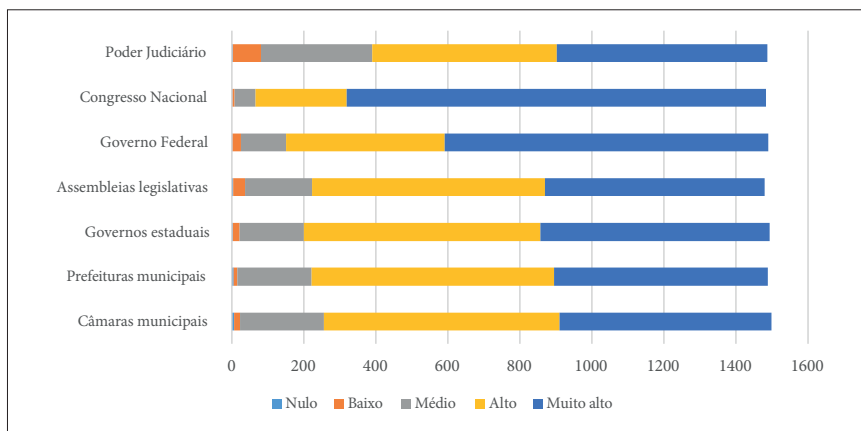
Fonte: elaboração própria.

Os resultados da tabela 10 indicam, portanto, que, em um nível de significância de 5%, todos os fatores sociodemográficos são preditores da percepção quanto ao desejo dos políticos brasileiros de combater a corrupção. Considerando-se o fator de “desconfiança com relação aos políticos”, materializada pelas respostas “1 — discordo totalmente” e “2 — discordo parcialmente”, para cada fator específico, os resultados apontam:

- maior desconfiança nos políticos entre os homens do que entre as mulheres (84,28% ante 80,24%);
- maior desconfiança nos políticos entre as maiores faixas de renda (85,05% na faixa de renda entre 6 e 10 salários-mínimos; 84,62% na faixa de 11 a 15 salários-mínimos; 84,91% acima de 15 salários-mínimos. Menor desconfiança nos políticos na faixa de renda de 3 a 5 salários-mínimos (78,23%);
- conforme pode ser verificado no gráfico 1, a percepção em relação à piora da corrupção nos últimos três anos é maior entre a juventude (de 16 a 20 e de 21 a 25 anos de idade) e declinante ao longo do tempo, exceto por um pico na faixa etária de 61 a 65 anos, que pode ser devido a questões amostrais;
- maior desconfiança nos políticos entre aqueles que apresentam ensino médio completo (90,16%) e menor desconfiança entre os que declararam ter pós-graduação incompleta (75,68%); o dado dialoga com o observado em relação à variável idade, além de corroborar pesquisa de opinião do DataFolha (2015), que apontam como jovens entre 16 e 24 anos, por exemplo, confiam menos em instituições como Congresso, Presidência da República e partidos políticos que pessoas de idades mais avançadas. A mesma pesquisa também mostra que quanto maior a escolaridade, maior também é a desconfiança;
- maior desconfiança nos políticos entre os espíritas (83,94%) e menor desconfiança entre os católicos (77,15%), apesar de os católicos serem os que mais perceberam aumento na corrupção;
- os desempregados são os que apresentam maior desconfiança com relação aos políticos (84,18%), talvez em função de atribuírem sua situação pessoal aos próprios; os aposentados são os que apresentam menor desconfiança com relação aos políticos (80,38%);
- os empregados do setor privado são os que apresentam maior desconfiança com relação aos políticos (84,38%), enquanto a menor desconfiança aos políticos se verificou entre os trabalhadores das OSCIPs (77,42%);
- coerentemente com as respostas às questões anteriores, os residentes no interior apresentam maior desconfiança em relação aos políticos (82,95%);
- os habitantes da região Norte são os que apresentam maior desconfiança nos políticos (87,21%) e os da região Sul são os que apresentam menor desconfiança (74,21%);
- os não filiados a partidos políticos apresentam maior desconfiança aos políticos (82,6%) do que os filiados (76,37%), resultado logicamente condizente.

O gráfico 2 consolida os resultados das questões 5 a 11, as quais solicitavam marcar a alternativa que expressasse a opinião do participante com relação ao nível de corrupção nas instituições apresentadas.

Gráfico 2. Nível de corrupção em instituições



Fonte: elaboração própria

Para uma melhor interpretação desses resultados, construímos algebricamente um indicador simples. Somamos os resultados “alto” e “muito alto”, e subtraímos da soma dos resultados “nulo” e “baixo”. Transformamos o resultado em número-índice, a fim de possibilitar a verificação quantitativa do diferencial de percepção quanto a cada instituição. A tabela 11 apresenta esses resultados.

Tabela 11. Indicador da percepção de corrupção da Instituição

Instituição	Indicador
Congresso Nacional	1
Governo Federal	0,93
Governos estaduais	0,9
Prefeituras municipais	0,88
Assembleias legislativas	0,86
Câmaras municipais	0,86
Poder Judiciário	0,72

Fonte: elaboração própria.

O Congresso Nacional é avaliado como a instituição mais corrupta do país. É a instituição em que os principais conflitos políticos se desenrolam e têm ampla cobertura. Lembrando aqui que o jornalismo político se faz muito do que se chama de “jornalismo declaratório”, portanto sem necessidade de provas e de fácil apuração para abastecer o noticiário (Rodrigues 2011). Seguem-se os executivos federal, estadual e municipal. Seguindo a análise pela via midiática, interessante notar que o Executivo tem, geralmente, cobertura mais positiva da mídia, pois tem um dos principais requisitos para torna-se notícia: um personagem de ação (Rodrigues 2011). Tal relação pode ajudar a explicar a percepção da corrupção também, já que principalmente órgãos dos executivos mais próximos à vida do cidadão tendem a ser vistos como “alguém” que pode fazer, de fato, algo por eles, diferentemente do legislativo federal, cujo processo de trabalho é mais complexo em termos de resultados efetivos.

Em seguida, aparecem as assembleias legislativas e as câmaras municipais, que, nesse caso, escapam da análise referente ao Legislativo Federal, talvez também por sua proximidade em relação ao cidadão. No âmbito dessas perguntas e da resposta, portanto, estimulada, o Poder Judiciário foi considerado a instituição menos corrupta. O indicador apurado permite afirmar que a percepção de corrupção no Poder Judiciário é 28% inferior à percepção relativa ao Congresso Nacional.

Interessante aqui notar que a ordem de decrescente de corrupção acompanha as variações das taxas de confiança nas principais instituições. Série de pesquisas do Ibope (2015), por exemplo, coloca a confiança em ordem decrescente de Poder Judiciário e Justiça (49%); governo da cidade onde mora (33%); Governo Federal (30%); Congresso Nacional (22%) e partidos políticos (17%). Ou seja, sugere um acompanhamento paralelo entre percepção da corrupção e confiança. Isso corrobora a conclusão do estudo de Colen (2010) sobre as covariantes da confiança na América Latina, de que a confiança é maior entre as pessoas que avaliam bem a capacidade do governo de combater a corrupção.

As razões que podem ser apresentadas para essa ligação são várias, como a cobertura negativa da mídia em relação ao Congresso, por exemplo; os escândalos políticos (que também têm cobertura midiática); a crise de representação ou *deficit* democrático. Não é foco deste artigo, entretanto, discuti-las, mas apontar para o reforço na ligação entre dois componentes fundamentais do sistema político, como um vício e uma virtude, que são corrupção e confiança.

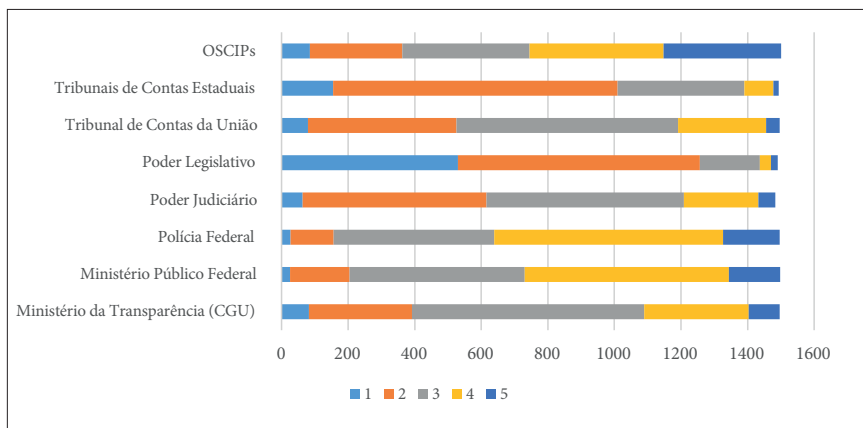
Tabela 12. Os políticos brasileiros querem combater a corrupção política

Respostas	N	%
Discordo totalmente	874	57,42
Discordo parcialmente	342	22,47
Concordo parcialmente	163	10,71
Sou indiferente	56	3,68
Concordo totalmente	46	3,02
Sem resposta	41	2,69
Total	1.522	100

Fonte: elaboração própria.

O gráfico 3 apresenta os resultados consolidados das respostas à questão 12, na qual os respondentes foram instados a atribuir uma nota de 1 a 5 (1 — menor nota; 5 — maior nota) para o empenho das instituições listadas no combate à corrupção.

Gráfico 3. Empenho no combate à corrupção — Instituições



Fonte: elaboração própria.

A tabela 13 apresenta os resultados tratados como médias, o que permite uma classificação das instituições.

Tabela 13. Empenho no combate à corrupção — Instituições

Instituição	Média	s	N
Poder Legislativo	1,850543	0,8133487	1472
Tribunais de Contas Estaduais	2,298103	0,7718939	1476
Poder Judiciário	2,763302	0,8793675	1466
Tribunal de Contas da União	2,831757	0,875289	1480
Ministério da Transparência (CGU)	3,018932	0,943416	1479
OSCIPs	3,44437	1,194386	1483
Ministério Público Federal	3,463201	0,8922506	1481
Polícia Federal	3,565247	0,8663979	1479

Fonte: elaboração própria.

Coerentemente com a resposta ao grupo de questões anteriores, o Poder Legislativo aparece como a instituição com menor empenho no combate à corrupção. A Polícia Federal aparece com a maior média, o que pode ser explicado pela grande visibilidade midiática das operações deflagradas por essa, particularmente a Operação Lava Jato. É seguida pelo Ministério Público Federal, outra instituição com protagonismo na Operação Lava Jato e ampla cobertura midiática. O Poder Judiciário, por sua vez, apesar de ser apontado como a instituição menos corrupta, no grupo de questões anterior, é o terceiro pior em termos de percepção quanto ao engajamento no combate à corrupção, o que também pode ser devido ao tipo de cobertura midiática dos eventos, que, de uma forma ou de outra, sinalizam constantemente para a lentidão do Poder Judiciário na resolução das questões.

Considerações finais

De maneira geral, os dados da pesquisa mostraram que a quase totalidade dos respondentes (95,67%) percebe a corrupção política como prática comum no Brasil, e, diferentemente de outros estudos, isso não está atrelado a fatores como

sexo, idade, religião ou filiação partidária. No caso da renda, quanto maior, também maior a percepção da corrupção. O mesmo ocorre com a escolaridade.

Constatou-se também, após se confrontarem as respostas das variadas questões, uma correlação que mostrou que a percepção geral sobre a existência de práticas corruptas afeta a percepção também sobre as consequências da corrupção, bem como sobre sua evolução nos últimos três anos e sobre a vontade dos políticos de combatê-la. Também há praticamente unanimidade na opinião dos informantes quanto à avaliação de que a corrupção afeta as pessoas no Brasil. Nesse ponto, também afetaram renda (quanto maior, maior também a percepção) e escolaridade.

A mesma unanimidade não se repete quanto ao nível de corrupção, dividindo-se basicamente entre os que avaliam que ela aumentou muito (42,25%) e os que consideram que ficou igual (31,67%). Cerca de 11% acharam que ela aumentou pouco ou diminuiu pouco. É relevante nessa questão, diferentemente das anteriores, que todos os fatores sociodemográficos tiveram interferência: mulheres com percepção mais acentuada (reiterando estudos de gênero sobre o tema); pessoas com mais renda percebem menos o aumento; pessoas com menos renda (provavelmente classe C bastante atingida pela crise econômica) percebem um aumento maior na corrupção; católicos também percebem mais (provável influência dos posicionamentos públicos da CNBB sobre o tema); trabalhadores da sociedade civil percebem mais aumento que servidores públicos, e filiados a partidos têm percepção menor.

Com relação à vontade dos políticos de combater a corrupção política, os respondentes se dividiram majoritariamente entre os que discordam totalmente (57,42%) e parcialmente (22,47%). Somente 3,02% concordam totalmente. Aqui também todos os fatores sociodemográficos afetaram a percepção: homens desconfiam dos políticos mais do que mulheres; há aumento da desconfiança entre pessoas de renda mais alta; menor desconfiança entre católicos (apesar da alta percepção); maior desconfiança entre os que têm ensino médio completo (corroborando pesquisas que mostram como o jovem confia menos nas instituições políticas), e não filiados a partidos também confiam menos. Em praticamente todas as questões, os habitantes do interior percebem mais a corrupção, suas consequências e aumento.

Ainda na questão da confiança, o estudo reforça a relação entre percepção da corrupção e confiança nas instituições, que parecem caminhar paralelamente. Os dados revelam hierarquia semelhante na percepção da corrupção de forma decrescente no Congresso, Governo Federal, governos estaduais, prefeituras municipais, assembleias legislativas, câmaras municipais e Poder Judiciário, quando comparadas a pesquisas de confiança institucional, como a do Ibope 2015. As instituições que são percebidas com maior empenho no combate à corrupção

são a Polícia Federal, que aparece com a maior média (provavelmente por conta da Operação Lava Jato), e o Ministério Público Federal (pelo mesmo motivo). O Poder Judiciário aparece em terceiro lugar, apesar de ser considerada uma das instituições menos corruptas (também em razão da Lava Jato, nesse caso mais pela cobertura mediática que aponta lentidão dos julgamentos).

Concordando mais uma vez com a perspectiva analítica que considera as percepções sociais da corrupção como importantes para avaliar como uma sociedade, em determinado momento histórico, produz avaliações sobre atos corruptos, seus agentes e evolução, concluímos que, no ponto deste estudo, há então unanimidade entre os respondentes com relação à existência da corrupção e seus efeitos maléficos para a sociedade. Com variações de percepção, principalmente de renda e escolaridade (mas com vários outros fatores como os elencados), no que tange a aumento, combate e confiança.

A partir desses dados, como afirma Poeschl e Ribeiro (2014), acreditamos ser possível continuar a pesquisa, enfatizando as variações nas representações da corrupção. Acreditamos que isso será fundamental para fazer apontamentos mais precisos sobre a cultura política, principalmente na questão da corrupção, vigente na sociedade brasileira. Até este ponto, pode-se presumir, pelas respostas, que ela é bastante moldada pela intensidade do que é correntemente veiculado pela mídia, com seus “personagens do bem” (Polícia Federal e Ministério Público) e “do mal” (Congresso e partidos, principalmente), cumprindo à risca o que os estudos sociomidiáticos denominam de “enquadramento de conflito” (Rodrigues 2011), quando a mídia favorece uma “moldura de guerra simbólica” para atrair a atenção dos públicos.

O estudo confirmou ainda os resultados do *survey* “Os brasileiros e a corrupção” (Filgueira 2009) sobre como a percepção do público é focada nas instâncias representativas, pois o foco da corrupção, para grande parte dos respondentes, está no interior das estruturas do Estado, e não fora dele ou contra ele. Revela-se ainda, nas respostas, nível de esperança bastante residual na possibilidade de diminuição da corrupção.

Referências

1. Abramo, Claudio Weber. 2005. “Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção”. *Novos Estudos — Cebrap* 73: 33-37.
2. Araújo, Marcelo e Oscar Adolfo Sanchez. 2005. “A corrupção e os controles internos do Estado”. *Lua Nova* 65: 137-173.
3. Avritzer, Leonardo e Fernando Filgueiras. 2011a. *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
4. Avritzer, Leonardo. 2016. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

5. Barros, Antonio Teixeira. 2015. “Sociologia da mídia: principais perspectivas e contrapontos”. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais* 5 (1): 186-223.
6. Bittencourt, José Neves. 1986. “Espelho da ‘nossa’ história: imaginário, pintura histórica e reprodução do século XIX brasileiro”. *Tempo Brasileiro* 87: 58-78.
7. Bohn, Simone R. 2012. “Corruption in Latin America: Understanding the Perception-Exposure Gap”. *Journal of Politics in Latin America* 4 (3): 67-95.
8. Bonifácio, Robert e Rafael Paulino. 2015. “Corruption and Political Participation in the Americas and the Caribbean”. *Brazilian Political Science Review* 9 (2): 54-80.
9. Carrara, Kester e Diego Mansano Fernandes. 2018. “Corrupção e seleção por consequências: uma análise comportamental”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 34: e3423.
10. Colen, Celia Maria Ladeira. 2010. “As covariantes da confiança política na América Latina”. *Opinião Pública* 16 (1): 1-27.
11. “Congresso Nacional recebe pior avaliação desde ‘anões do orçamento’”. 2015. *DataFolha*, novembro 30. <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/11/1712977-congresso-nacional-recebe-pior-avaliacao-desde-anoes-do-orcamento.shtml>
12. “Corrupção já é a maior preocupação de 65% dos brasileiros”. 2016. *Confederação Nacional da Indústria*, <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/estatisticas/2016/01/1,80708/rsb-28-problemas-e-prioridades.html>
13. Cunha, Isabel Ferin e Bruno Araújo. 2018. “News on corruption and sociability networks: An exploratory study about Portugal, Brazil and Angola”. *OBS** 12 (2): 90-107.
14. Esser, Frank e Jesper Strömbäck. 2014. *Mediatization of politics: Understanding the Transformation of Western Democracies*. Londres: Palgrave Macmillan.
15. Filgueiras, Fernando. 2009. “A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social”. *Opinião Pública* 15 (2): 386-421.
16. Fortini, Cristina e Ariane Shermam. 2018. “Corrupção: causas, perspectivas e a discussão sobre o princípio do *bis in idem*”. *Revista de Investigações Constitucionais* 5 (2): 91-112.
17. Garcilazo, Romina. 2019. “Los escándalos de corrupción retratados por la prensa. El caso de El Banco Provincial de Santa Fe (Argentina) durante la segunda mitad del siglo XIX”. *Anuario Colombiano de Historia Social y Cultural* 46 (1): 209-230.
18. Gomes, Emanuel Pedro Martins e Claudiana Nogueira de Alencar. 2019. “A mídia como ator político: uma análise de textos da revista *Veja* sobre casos de corrupção política”. *Alfa* 63 (1): 81-111.
19. Gonçalves, Vinícius Batista e Daniela Meirelles Andrade. 2019. “A corrupção na perspectiva durkheimiana: um estudo de caso da Operação Lava Jato”. *Revista de Administração Pública* 53 (2): 271-290.
20. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico de 2010. <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000008473104122012315727483985.pdf>
21. “Instituições políticas perdem ainda mais a confiança dos brasileiros”. 2015. *Ibope Inteligência*, julho 30, <https://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/instituicoes-politicas-perdem-ainda-mais-a-confianca-dos-brasileiros/>

22. Lopes Junior, Elias Pereira, Samuel Façanha Câmara, Leonino Gomes Rocha e Alexandre Brasil. 2018. “Influência da corrupção nos gastos das empresas estatais”. *Revista de Administração Pública* 52 (4): 695-711.
23. Marani, Sílvio César Zákha, Mozar José Brito; Gustavo Costa Souza e Valéria da Glória Pereira Brito. 2018. “Os sentidos da pesquisa sobre corrupção”. *Revista de Administração Pública* 52 (4): 712-730.
24. Matos, Paulo. 2018. “Uma nota sobre o impacto da corrupção no endividamento dos Estados brasileiros”. *Revista Brasileira de Economia* 72 (2): 186-195.
25. Melgar, Natalia, Máximo Rossi e Tom W. Smith. 2010. “The perception of corruption in a cross-country perspective: Why are some individuals more perceptive than others?” *Economia Aplicada* 14 (2): 183-198.
26. Meneguello, Rachel. 2011. “O lugar da corrupção no mapa de referências dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia”. Em *Corrupção e sistema político no Brasil*, organizado por Leonardo Avritzer e Fernando Filgueras, 63-82. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
27. Mires, Fernando. 2006. “Los diez peligros de la democracia en América Latina”. *Cuadernos del CENDES* 23 (61): 1-38.
28. Nascimento, Luma Neto do. 2018. “Mais capacidade estatal, menos corrupção? Uma análise para a América Latina (1996-2015)”. *Revista de Sociologia e Política* 26 (68): 95-120.
29. Poeschl, Gabrielle e Raquel Ribeiro. 2014. *Fatores de variação na percepção da corrupção*. Coimbra: Coimbra Editora.
30. Power, Timothy J. e Júlio González. 2003. “Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção”. *Revista de Sociologia e Política* 21: 51-69.
31. Rocha, Leonardo Andrade, Ahmad Saeed Khan, Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, Maria Ester Soares Dal Poz e Fernando Porfírio Soares de Oliveira. 2019. “O ‘efeito nefasto’ da corrupção no Brasil: ‘quem paga mais?’ Aplicações com o uso de regressões quantílicas com variáveis instrumentais”. *Nova Economia* 29 (1): 277-305.
32. Rodrigues, Malena Rodrigues. 2011. “O papel da imprensa na qualidade democrática — uma análise de possibilidades nos principais jornais nacionais”, tese de doutorado em Ciência Política. Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Centro de Formação da Câmara dos Deputados, Brasília, Brasil.
33. Rubim, Antonio Albino Canelas. 1992. “Sociabilidade, Comunicação e Políticas Contemporâneas”. *Textos de Cultura e Comunicação* 27: 23-38.
34. Santos, Renato Almeida, Arnoldo Jose Guevara e Maria Cristina Sanches Amorim. 2013. “Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução”. *Revista de Administração* 48 (1): 53-66.
35. Souza, Amanda Morais. 2014. “Corrupção: perspectivas para um problema internacional”. *Conjuntura Global* 3 (4): 114-129.
36. Speck, Bruno Wilhelm. 2012. “O financiamento político e a corrupção no Brasil”. Em *Temas de corrupção política*, organizado por Rita de Cássia Blason, 49-97. São Paulo: Balão Editorial.
37. Treisman, Daniel. 2000. “The causes of corruption: a cross-national study”. *Journal of Public Economics* 76 (3): 399-457.
38. Wolfsfeld, Gadi, Moran Yarchi e Tal Samuel-Azran. 2016. “Political information repertoires and political participation”. *New Media & Society* 18 (9): 2096-2115.

Teixeira de Barros é doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR). Pesquisador do Instituto Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD). Coordenador do grupo de pesquisa “Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social”. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: Poder Legislativo, democracia digital, representação de minorias, discurso político, participação política, políticas ambientais, corrupção política. ✉ antonibarros@gmail.com

André Rehbein Sathler Guimarães é doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos, Brasil. É membro da Comissão Executiva do Instituto Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD). Atua como consultor do Global Partners Governance. Atualmente é Assessor Legislativo na Liderança do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e docente do Mestrado em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR). Coordenador do grupo de pesquisa “Parlamento Digital”, do CEFOR. Atua nas seguintes áreas: Poder Legislativo, teorias da democracia e da representação política, democracia digital, participação política, corrupção política. ✉ andre.sathler@gmail.com

Malena Rehbein Rodrigues Sathler. Doutora em Ciência Política e Sociologia. Mestre em Relações Internacionais e Teoria Política Contemporânea pelo Centro de Estudos para a Democracia da Universidade de Westminster/Londres (2003). Docente do Mestrado em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR), Brasil. Tem experiência na área de Ciência Política e Jornalismo político, atuando principalmente nos seguintes temas: Poder legislativo, democracia digital, mídia e política, jornalismo político, participação e representação política, corrupção política. Integrante do grupo de pesquisa “Parlamento Digital”, do CEFOR. Pesquisadora do Instituto Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD) ✉ malena.rehbein@gmail.com